

CONJUNTURA EDUCACIONAL

Conexões de Saberes: uma outra visão sobre o ensino superior

Carmen Teresa Gabriel*

Sabrina Moehlecke**

Este texto tem por objetivo identificar, a partir de uma experiência vivenciada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), algumas potencialidades do Projeto Conexões de Saberes para (re)pensar a universidade pública brasileira na nossa contemporaneidade.

Há dois anos em debate, o projeto de reforma do ensino superior brasileiro tem enfatizado, em suas várias versões, a importância do compromisso social das universidades, indicando como uma de suas diretrizes a inclusão de grupos sociais e étnico-raciais sub-representados na educação superior e a promoção da extensão, como um processo educativo, cultural e científico, em articulação com o ensino e a pesquisa, a fim de viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Enquanto espaço que historicamente manteve relações privilegiadas com um certo tipo de saber científico, como a universidade vem respondendo às demandas por democratização e diálogo com outras formas de conhecimento? Em termos de acesso/permanência de estudantes, como a universidade vem lidando com um novo perfil de aluno oriundo de classes populares que tem ingressado em seus estabelecimentos e como tem questionado seus mecanismos de seleção, de avaliação e de produção de saber?

Universidade para quem e para quê?

Pensar hoje a universidade implica entrar no debate sobre o seu próprio futuro enquanto instituição, o que pressupõe, ainda que de forma breve, contextualizar essa reflexão no âmbito da sobreposição das diferentes crises que marcam a nossa contemporaneidade, entre as quais a crise da universidade, em geral, e da universidade pública brasileira, em particular, que se acirra neste início de século e exige respostas urgentes e inovadoras dos atores sociais direta e indiretamente nela envolvidos.

*Coordenadora do Projeto Conexões de Saberes na UFRJ, Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFRJ. Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Currículo (NEC) da UFRJ.

** Coordenadora do Projeto Conexões de Saberes na UFRJ, Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFRJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos dos Sistemas Educacionais (GESED), da UFRJ.

Interpelada em seus fundamentos e funções, desafiada pelo Estado e pela sociedade, a universidade pública cada vez mais é chamada a lidar com inúmeras tensões e contradições internas decorrentes,

muitas vezes, da incompatibilidade entre as diferentes funções sociais, políticas, econômicas, epistemológicas, simbólicas manifestas e/ou latentes que lhe foram sendo atribuídas pela sociedade ao longo de sua história. Segundo Boaventura de Souza Santos (2000, p.190), “a gestão dessas tensões tem sido particularmente problemática em três domínios”, tendendo a ser traduzida pela reprodução controlada pela própria universidade em três tipos de crise: *crise de hegemonia*, *de legitimidade* e *crise institucional*.

Não cabe aqui aprofundar a análise sobre cada uma dessas crises. No entanto, vale ressaltar, para o debate que nos interessa neste momento, as características do que Santos (2000, p. 192) define como *crise de legitimidade*, na qual o que está em causa é “o espectro social dos destinatários dos conhecimentos produzidos e, portanto, a democraticidade da transmissão deste”. Desse modo, quando se fala em crise de legitimidade da instituição universitária, o que vem à tona é a necessidade da mesma reconstruir sua identidade como espaço produtor de conhecimento socialmente legitimado, sob uma nova pauta e uma nova agenda política e cultural. Trata-se do esgotamento de uma matriz teórica sobre a qual a universidade apoiou a sua função tradicional de produtora e transmissora de conhecimentos para um grupo social restrito e homogêneo. Nesse sentido, no “momento em que a procura da universidade deixou de ser apenas a procura de excelência e passou a ser também a procura de democracia e de igualdade” (SANTOS, 2000), “resultado do êxito das lutas pelos direitos sociais e econômicos, os direitos humanos de segunda geração, entre os quais pontifica o direito à educação” (SANTOS, 1989), a universidade tende a se desestabilizar, a entrar em crise, abrindo brechas para o questionamento da hierarquização excludente dos saberes por ela privilegiados nas suas atividades de pesquisa e de ensino.

No que diz respeito à universidade pública brasileira, se, por um lado, não é possível regar - quando comparada a sua origem elitista - a ocorrência de algumas transformações no perfil do estudante universitário nessas últimas décadas, por outro, *esse locus* permanece, em diferentes aspectos, reticente às implicações internas do processo de democratização do ensino superior. Embora, a cada ano, o número de universitários dos espaços populares tenda a aumentar, a universidade brasileira é, ainda hoje, um espaço ocupado, em sua maior parte, pelas classes sociais média e alta de cor branca e só recentemente tem-se aberto - não sem polêmica - à presença das

classes populares e de populações de diferentes pertencimentos culturais no seu quadro docente e, principalmente, no seu quadro discente. Essa mudança do público-alvo universitário desafia a instituição a se repensar, a refletir sobre seus objetivos e seu papel, sem dúvida essencial, na construção de uma sociedade cada vez mais justa, igualitária e menos dogmática.

O processo de democratização do ensino superior brasileiro

A educação superior brasileira, especialmente a partir dos anos 90, vem sofrendo uma forte pressão pela expansão e democratização de seu sistema de ensino, processo esse intensificado pelo crescimento do ensino médio, cujo número de alunos matriculados aumentou em 230%, de 1991 a 2002. O ensino superior também passou por uma ampliação do número de vagas oferecidas no período, que cresceu em 253%. Contudo, estas ainda não têm sido suficientes para atender à demanda, concentrada especialmente nas instituições de ensino superior públicas. Em 2002, 3.779.269 candidatos não conseguiram uma vaga nesse nível de ensino, ou seja, 76% daqueles que buscaram um curso superior tiveram seu projeto frustrado.

A expansão do sistema de ensino como um todo tem levado, ainda que de forma modesta, à incorporação de um novo estrato social às instituições de ensino superior. Esses novos aspirantes à educação superior provêm de classes sociais mais desfavorecidas que a classe média absorvida pelo setor privado até então, cursaram a educação básica majoritariamente em escolas públicas e pertencem a grupos que historicamente estiveram distantes desse espaço, como a população negra e indígena. Um conjunto de ações que se difundiram pelo país também vem refletir as aspirações e demandas desse novo perfil de estudante de origem popular, como os "cursinhos" preparatórios para o vestibular voltados para a população de baixa renda, negros e outras minorias excluídas, o movimento pela isenção das taxas para inscrição no vestibular ou mesmo a extinção desse mecanismo de ingresso, as políticas de ações afirmativas e de flexibilização do sistema de seleção, como as cotas, o Movimento dos Sem Universidade e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI).

Pode-se dizer que, em termos do acesso ao ensino superior, de uma "seleção entre muito poucos", predominante no ensino superior brasileiro até meados do século XX, e da "seleção entre poucos", alcançada com as mudanças ocorridas a partir dos anos 60, chega-se, ao final dos anos 90, a uma "seleção entre muitos". Contudo, ainda que menos elitizada, estamos distantes de uma "seleção entre todos", que caracterizaria uma efetiva democratização do acesso ao ensino superior brasileiro (cf. Santos, 1998). Vale ressaltar, no entanto, que definir a educação superior como um

direito de todos não significa, necessariamente, uma universalização desse nível de ensino, mas antes a possibilidade de que todos os segmentos da sociedade possam se ver nela representados.

É em consonância com essa perspectiva que surgem as chamadas políticas de ações afirmativas que vêm sendo implementadas em instituições de ensino superior no Brasil. Tais políticas vêm reforçar o caráter democrático de sociedades que têm como valores a igualdade de oportunidades e o mérito individual. Justifica-se, desse modo, uma desigualdade de tratamento no acesso a um conjunto de bens e serviços como uma forma de restituir tal igualdade que foi rompida ou que nunca chegou a se efetivar. Entende-se que tratar pessoas de fato desiguais como iguais somente amplia a desigualdade inicial entre elas. Nesse sentido, o conceito de ação afirmativa requer que uma instituição vá além da garantia de uma não-discriminação formal e realize esforços adicionais para a seleção e promoção de membros de grupos historicamente excluídos, mesmo que essa exclusão não possa ser atribuída a ações praticadas por ela ou por seus funcionários. A premissa dessa noção de ação afirmativa é que, a menos que uma ação positiva seja adotada para superar os efeitos de formas institucionais sistemáticas de exclusão e de discriminação, uma neutralidade benigna tenderá a perpetuar o *status quo* indefinidamente (Higher Education Guidelines, 1972).

Onde se situam as universidades brasileiras diante dessa discussão? Em geral, por fazerem uso de mecanismos formalmente neutros de seleção, como no caso do vestibular, essas instituições conseguem reconhecer as desigualdades que marcam a sociedade, mas têm dificuldade de perceber seus próprios mecanismos de seleção e exclusão:

(...) porque [a universidade] é reconhecida por muitos como o lugar do talento e da excelência, procura-se fora dela, no sistema de estratificação ou no sistema escolar, a origem do mal-estar, como se a vida social fosse constituída de nichos, níveis, patamares isolados e incomunicáveis. (...).

A resistência dos docentes não é a de encarar as desigualdades sociais, mas, sim, de percebê-las dentro da universidade. Em sua prática regular de selecionar e dividir, não se dão conta de que são responsáveis pela partilha à qual o estudante se sujeita ao entrar na universidade. (Villas Boas, 2001, p. 111).

Repensar a universidade em uma sociedade democrática requer que se questione e desnaturalize os mecanismos tradicionais de acesso e permanência de estudantes. Isso implica observar, por exemplo, que, ao definir a forma de ingresso de estudantes, a universidade nos informa, também, seus objetivos e propósitos, sobre quem deve ou não fazer parte desse espaço e para que tipo de estudante ela foi pensada. Ao depositar grande parte da responsabilidade pela qualidade e excelência de seus cursos e da própria instituição nos mecanismos de seleção de alunos, por

meio de exames vestibulares, a universidade não estaria assumindo uma posição de mera receptora passiva de estudantes, se isentando de sua função na formação e desenvolvimento dos mesmos?

Entretanto, ao se repensar as formas de acesso e permanência de estudantes universitários de origem popular, é preciso cuidar para não nos limitarmos apenas à gestão das lacunas e deficiências na sua formação, reeditando no ensino superior a tese do *handicap* como explicação para o “fracasso escolar”. Há que se considerar as contribuições que esse novo sujeito social pode trazer para a universidade em termos de um outro olhar sobre a instituição, de uma re-significação do seu papel na sociedade. Se, por um lado, esses estudantes trazem trajetórias pessoais e escolares marcadas por uma série de condições adversas, é preciso reconhecer que o fato de estarem na universidade também indica uma enorme capacidade em superar dificuldades e barreiras, característica que poderia ser aproveitada e valorizada pela universidade na avaliação do mérito e desempenho desses estudantes. Para além da ampliação do acesso das classes populares à universidade e de sua permanência nessa instituição, há que se buscar estratégias políticas, epistemológicas e pedagógicas que permitam que esses novos atores sociais sejam também protagonistas, produtores de saberes socialmente legitimados, leitores e escritores de suas próprias práticas sociais.

O grande desafio a ser enfrentado pelas universidades nesse processo de democratização e de superação de sua crise de legitimidade é a possibilidade de construir novos mecanismos internos capazes de incorporar os princípios da igualdade e da justiça social como valores da instituição, de modo a que problematizem a construção de novos critérios necessários de excelência e mérito e contribuam para a sua explicitação.

O Programa Conexões de Saberes no plano nacional: uma forma possível de entrar nesse debate

Em termos do seu desenho institucional, o Programa *Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares* (PCS), implementado no início de 2005, é fruto de uma parceria entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação, e o Observatório de Favelas e abrange hoje 32 universidades federais do país.

Vinculado às Pró-reitorias de extensão das universidades envolvidas, o programa consiste na implementação e no desenvolvimento de um conjunto de ações voltadas direta e indiretamente para a questão do acesso e permanência dos estudantes oriundos das comunidades populares nas

Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o intuito de gerar subsídios para a elaboração de políticas públicas que atendam de fato a esse público.

Cabe observar que a universidade pública, seus espaços e sujeitos assumem um lugar diferenciado nesse programa. Ao contrário do que tende a ocorrer na maioria dos projetos dessa natureza, a universidade não é vista apenas como um lugar de produção e de transmissão de conhecimentos científicos, mas também como território e campo de pesquisa/intervenção, isto é, como “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço” (Albagli, 2004, p. 26), sobre as quais se torna igualmente importante e urgente refletir e produzir conhecimento.

Essa percepção do espaço universitário traz implicações importantes para a implementação do programa, na medida em que a universidade deixa de ser apenas o *locus* privilegiado da construção do olhar de fora sobre as comunidades e torna-se também um *locus observado* sobre o qual se projetam olhares de dentro e de fora do seu território. Ela é assim, ao mesmo tempo, o lugar de onde se fala e o objeto sobre o qual se fala.

Trata-se de buscar, através das diferentes frentes de atuação do programa, estratégias políticas e mecanismos institucionais que possam contribuir para a construção de um outro (e novo) olhar *da* e *sobre* a universidade, favorecendo, assim, a redefinição do papel político, social, cultural e epistemológico dessa instituição na sociedade contemporânea, no qual extensão, pesquisa e ensino sejam vistos e vivenciados, de forma indissociável, como espaços de produção de conhecimento legitimados.

A despeito das especificidades de cada uma das IFES envolvidas, algumas marcas buscadas e construídas no coletivo ao longo de um ano e meio de existência do projeto permitem hoje delinear alguns traços constitutivos da “cara” e da “identidade” desse programa, a saber: a intencionalidade explícita de ser uma experiência que pretende ir além da linguagem da denúncia e apostar na linguagem das possibilidades; o reconhecimento de que a discussão sobre democratização do ensino superior pressupõe a problematização e redefinição de políticas públicas educacionais; e, por fim, a centralidade da questão dos “saberes” (como sugere o próprio nome do programa) como “porta de entrada” privilegiada no debate do acesso das classes populares ao ensino superior e sua permanência nesse nível de ensino.

Essa última marca, que traduz, sem dúvida, a originalidade do Conexões, consiste igualmente no seu maior desafio. Com efeito, ao reconhecer a importância de dar visibilidade ao debate

sobre a pertinência e a necessidade de legitimação dos múltiplos saberes que se entrecruzam nas práticas cotidianas universitárias, o programa problematiza posições dicotômicas e naturalizadas relativas ao eixo em torno do qual o mundo acadêmico tende a construir argumentações para justificar prestígios e privilégios, isto é, a própria concepção de conhecimento, de ciência, de verdade com a qual interpretamos e regulamos o mundo. Falar de distribuição e legitimação de conhecimento é também discutir as relações de poder que permeiam esse processo.

Fabricados epistemológica e sociologicamente, os saberes e o conhecimento não são apenas produzidos, mas são também transpostos e reelaborados em diferentes esferas de problematização, como as do ensino, da pesquisa e da sua aplicação social, que em geral tendem a ser trabalhados de forma fragmentada e hierarquizada, fazendo com que percam sua força explicativa e interpretativa, o seu potencial transformador.

Dessa forma, ao assumir que o reconhecimento das especificidades dos diferentes saberes não significa nem pressupõe a afirmação de hierarquias epistemológicas e/ou de exclusões sociais e se propor a “conectar saberes”, subvertendo a ordem estabelecida, o programa pode oferecer pistas para se pensar em estratégias políticas, epistemológicas e pedagógicas que permitam reinventar possibilidades mais democráticas e menos dogmáticas de leitura de mundo.

A seguir apontaremos alguns caminhos que vêm sendo trilhados por esse programa na UFRJ, procurando sublinhar os diálogos buscados e os desafios enfrentados na sua gestão cotidiana.

O Projeto Conexões de Saberes na UFRJ: diálogos buscados, desafios enfrentados

Em curso na UFRJ desde janeiro de 2005, o Conexões de Saberes tem procurado operacionalizar as marcas anteriormente mencionadas com base em ações que envolvem atualmente 60 bolsistas, estudantes de graduação de diferentes unidades da Universidade e oriundos de comunidades populares e periferias do Rio de Janeiro, bem como estudantes de pós-graduação e docentes da instituição.

Em sintonia com os objetivos gerais do programa, nossos esforços estão concentrados na busca de estratégias pedagógicas que favoreçam o diálogo entre diferentes saberes e subjetividades visto

como condição de abertura intelectual e política para a conquista da legitimidade do espaço universitário na atualidade.

Tendo como viga-mestra do projeto o debate em torno do acesso dos estudantes de origem popular às universidades públicas e sua permanência nessas instituições, organizamos as diferentes frentes de atuação do Conexões, de modo a concretizar a intencionalidade da articulação de saberes, em particular entre os saberes científicos e os saberes populares, entre a pesquisa, o ensino e a extensão. Para tal, subdividimos esse eixo central em quatro sub-eixos temáticos, em torno dos quais se desenvolvem as atividades de formação e de pesquisa-ação, entendendo que são essas atividades que podem sustentar e fomentar as estratégias de democratização do ensino superior no que se refere às questões de permanência, como protagonistas, desses sujeitos.

Desse modo, os 60 bolsistas do Conexões da UFRJ estão distribuídos nos seguintes sub-eixos: 1. *Acesso do Estudante Universitário de Origem Popular (EUOP): diferentes desafios e estratégias*, com especial ênfase na análise do impacto dos pré-vestibulares comunitários nas universidades; 2. *Condições de permanência dos EUOP no espaço acadêmico*, no qual são analisadas e problematizadas as bases sócio-familiares dos EUOP e suas estratégias pedagógicas no âmbito acadêmico; 3) *Práticas e saberes populares: interações com diferentes espaços sociais*, que trabalha com temas como políticas sociais nas comunidades e ações da universidade, bem como com questões de ordem cultural e identitária que interferem diretamente na construção de um “olhar de fronteira” dos EUOP; e 4) *Ações afirmativas, diversidade e desigualdade na universidade*, no qual a discussão enfatiza as ações institucionais e as questões de poder que envolvem a construção de uma agenda de políticas públicas voltada para o acesso e a permanência desses estudantes.

Importa sublinhar ainda que a ênfase intencional na formação indica a aposta em uma forma possível do diálogo buscado entre a universidade e as comunidades populares, uma vez que se considera que a própria presença dos estudantes de origem popular na comunidade acadêmica instiga, provoca e explicita a necessidade de buscar caminhos que favoreçam as trocas entre esses dois territórios sociais. Sujeitos de pesquisa e sujeitos pesquisadores, os universitários que integram o projeto desenvolvem sua capacidade de análise e síntese, o senso crítico, constroem novos valores e novas práticas dentro da universidade e na sociedade. Esta é sua aposta e o seu maior desafio, na

medida em que essa proposta pedagógica vivenciada no cotidiano do projeto implica colocar em xeque de forma permanente uma certa “cultura universitária” ainda hegemônica e na qual nós, docentes e pesquisadores, fomos formados.

É pois, nessa perspectiva, que acreditamos que o PCS/UFRJ se constitui em um espaço diferenciado e inovador de intervenção dentro da universidade pública e nos espaços populares, contribuindo para reforçar a construção de um outro olhar sobre o ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAGLI, S. Territórios e territorialidade. In: LAGE, V.; BRAGA, C., MORELLI, G. (Orgs.). *Territórios em movimento*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- Higher Education Guidelines. U.S. Department of Health, Education, and Welfare. Office of the Secretary. Office for Civil Rights. 1972.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento, 1989.
- SANTOS, J. C. Por uma teoria da democratização do ensino superior: pressupostos e implicações. *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro, 10 (4), p. 18-34, out./dez. 1998.
- VILLAS BOAS, Gláucia. Seleção e partilha: excelência e desigualdades sociais na universidade. *Teoria e Sociedade*, (7), p. 95-115, jun. 2001.